

EVIDENCIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE UMA EMPRESA COM FOCO NA ADOÇÃO DO SPED CONTÁBIL PARA TOMADA DE DECISÃO

Tomás Vaz Martins Silva¹

Márcia Bianchi²

Rosemary Gelatti³

RESUMO

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) propicia benefícios, como promover o compartilhamento de informações e a análise mais confiável das Demonstrações Contábeis, bem como uma maior paridade com os critérios fiscalizatórios da Receita Federal do Brasil (RFB). Assim, o objetivo deste estudo é analisar o desempenho da empresa do ramo de brinquedos após a adoção do SPED Contábil através da evidenciação das Demonstrações Contábeis. Essa pesquisa se classifica como um estudo de caso único e utiliza a pesquisa descritiva a fim de avaliar o contexto econômico e contábil da organização e os aspectos qualitativos e quantitativos de seus resultados. Os dados coletados foram retirados das demonstrações contábeis da empresa, mas indexados para proteger o sigilo das informações. O estudo mostra que há vantagens na adoção do SPED Contábil especialmente como ferramenta que não somente desenvolve Demonstrações Contábeis mas também fornece informações mais confiáveis por estarem de acordo com os parâmetros da RFB. Dentre as vantagens estão a facilidade no guardo dos livros digitais pelo repositório digital da RFB e a adequação às suas exigências. Além disso, o fornecimento de Demonstrações Contábeis com contas analíticas e sintéticas pela Escrituração Contábil Digital (ECD) permite uma análise mais detalhada e um melhor entendimento da situação patrimonial da organização. Enfim, permite a tomada de decisão com maior acurácia.

Palavras-chave: Escrituração Contábil Digital. Demonstrações Contábeis. Desempenho.

ABSTRACT

The Public System of Digital Bookkeeping (SPED) provides benefits such as promoting the sharing of information and more reliable analysis of the Financial Statements and the greater parity with the criteria for enforcement of the Federal Revenue of Brazil. So, the aim of this study is to analyze the performance of the company of the toy wholesale, after the adoption of the Accounting Digital Bookkeeping through the manifestation of the Financial Statements. For this, this research, judged as case study will be used the exploratory research, to assess in the accounting e economic context of the company the qualitative and quantitative aspects of the results. The assembled data were taken from real accounting facts, but indexed to protect the secrecy of the information's. The study shows that there are many advantages in the adoption of the Digital Bookkeeping not only as a tool that develops Financial Statements, but also it supplies more trustable information for being in keeping with the parameters of the Federal Revenue of Brazil. Between the advantages are the easily of the digital archives save by repository of the Federal Revenue of Brazil and the harmonization with their demands. In addition, reporting of the Financial Statements with the analytical and synthetic account by the Digital Bookkeeping allows a more detailed analysis and a better understanding of the financial situation of the organization. Finally, it allows the decision making with more accuracy.

Keywords: Digital Bookkeeping. Financial Statements. Performance.

¹ Graduado em Ciências Contábeis. Vínculo Institucional: UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: tvazmartins@yahoo.com.br

² Doutora em Economia. Mestre em Ciências Contábeis. Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais. Vínculo Institucional: UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: marcia.bianchi@ufrgs.br

³ Mestre em Ciências Contábeis. Professora do Departamento de Ciências Contábeis. Vínculo Institucional: FEMA – Santo Ângelo. E-mail: merygelatti@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Mais do que gerar relatórios e escriturar fatos contábeis, o profissional da área contábil precisa estar constantemente atualizado no intuito de conhecer com maior profundidade as informações que gera e transmite aos gestores da organização. No que é atinente a tais informações, percebe-se que uma das maiores dúvidas dos administradores das empresas é a utilidade das declarações que atualmente são exigidas pelos órgãos governamentais. Além da sua obrigatoriedade de entrega para fins fiscalizatórios, aliados à falta de preparo das empresas para gerar tais informações, tanto em função do tempo dispendido para a aquisição do conhecimento para confeccioná-las, quanto pelo montante desembolsado inicialmente, a fim de adequar toda organização à transmissão e gestão de informações pelo meio digital.

Com o surgimento da Escrituração Contábil Digital (ECD), o trabalho do mundo dos negócios ficou mais fácil, pois este instrumento pode auxiliar os administradores a tomar decisões e a se relacionarem melhor com os entes envolvidos nas suas negociações, como frisa Ortega e Pilenghy (2001, p. 9) “a ECD como todo o projeto do SPED, é mecanismo de revolução na área contábil, e os reflexos dessa revolução estão presentes nos relacionamentos fisco e empresa, com clientes, fornecedores, entre outros.” Isso significa que os gestores terão maior segurança e credibilidade no tocante à escrituração e Demonstrações Contábeis.

Em contraposição, as empresas devem ficar atentas às fiscalizações da Receita Federal do Brasil (RFB), posto que quanto melhor é a tecnologia disponibilizada para a confecção de escriturações e declarações, mais rápida, efetiva será a fiscalização e mais visíveis ficarão os resultados das políticas adotadas pelos administradores.

No intuito de propiciar maiores usos de ferramentas disponibilizadas aos contribuintes, a questão problema que motiva o estudo é: A adoção do Sped Contábil trouxe mudanças que impactaram no desempenho da empresa, proporcionando maior vantagem competitiva? Com isto, o objetivo do estudo se define em avaliar o desempenho de uma empresa do ramo do brinquedo após sua inserção na Escrituração Contábil Digital (ECD). Para isso, é necessário avaliar o uso de arquivos digitais à confecção das Demonstrações Contábeis, não somente no que tange aos desafios e benefícios que essa prática pode trazer à empresa, mas também no tocante aos procedimentos contábeis adotados para adaptá-las ao ambiente digital da Receita Federal do Brasil.

O artigo está distribuído em introdução, referencial teórico sobre o Sistema Público de Escrituração Digital e seus projetos e estudos relacionados ao assunto. Posteriormente, expõem-se os procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa e análise na avaliação do desempenho da empresa. Ao final, evidenciam-se as análises realizadas nas Demonstrações Contábeis e as considerações finais sobre o assunto, com base nos resultados obtidos pelas avaliações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção abrange o Sistema Público de Escrituração Digital, a Nota Fiscal Eletrônica, as Escriturações Fiscal, Digital e Contábil Digital, o processo de certificação digital, Evidenciação Contábil, a Metodologia e os estudos relacionados ao tema estudado.

2.1 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

O SPED foi instituído pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2007 – 2010), através do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, tendo como objetivo estreitar a relação entre o fisco e contribuintes, além de facilitar o cumprimento das obrigações acessórias utilizando a certificação digital como assinatura, que garante a validade jurídica dos documentos em meio digital (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2007). De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2012), o SPED é solução que além de oficializar arquivos digitais das escriturações fiscal e contábil dos sistemas empresariais num formato padronizado, promove o compartilhamento de informações e melhora o ambiente de negócios do País, com interferência mínima no ambiente do contribuinte.

O projeto do SPED é uma iniciativa de integração entre as esferas governamentais, sendo elas, os municípios, os estados e o governo federal. Essa integração assenta em três grandes projetos: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a Nota Fiscal Eletrônica em Ambiente Nacional (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2009). Têm-se outros projetos em produção: EFD – Contribuições, E-Lalur, EFD – Social e a Central de Balanços.

Em resumo, segundo Eckert *et al.* (2011, p. 5), o SPED tem o objetivo de “propiciar um melhor ambiente de relações de negócios para as empresas no país, eliminando a concorrência desleal entre as companhias. Para a RFB, através desse novo sistema há uma melhor no controle tributário, pelo cruzamento de dados contábeis e fiscais, eliminando informações redundantes dos contribuintes”. Em outras palavras, além de ser um método fiscalizatório efetivo, ele auxilia o tomador de decisão a ter melhores resultados na sua análise, baseando-se em dados mais confiáveis e em uma gestão lícita.

2.1.1 Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)

Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) foi desenvolvida pelas secretarias de fazenda dos estados e a RFB, com a assinatura do Protocolo ENAT 03/2005 de 27 de agosto de 2005 (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2005). Ainda, de acordo com a Receita Federal, o objetivo do projeto da Nota Fiscal Eletrônica é substituir as notas fiscais emitidas em papel pelo meio digital, a fim de tornar as obrigações acessórias do contribuinte mais simples e possibilitar ao Fisco o acompanhamento em tempo real das operações realizadas pelo mesmo.

Inicialmente, o objetivo é substituir as notas fiscais em papel do tipo A ou 1A e facilitar as operações com o IPI e ICMS. Além disso, o projeto visa trazer maior confiabilidade à nota fiscal, maior compartilhamento e melhoria dos processos envolvendo informações com o fisco reduzem custos relacionados no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização, aumenta e arrecadação e diminui a sonegação, incentiva o meio ambiente ajudando a eliminar o uso do papel, incentiva o uso de novas tecnologias e o comércio eletrônico e incentiva a relação eletrônica entre os fornecedores (PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, 2005).

O processo de confecção da NF-e caracteriza-se pela geração de um arquivo eletrônico pela emissora contendo todas as informações comerciais e fiscais, que deverá ser assinado digitalmente com a intenção de manter a integridade dos dados e autoria do emissor. A RFB mantém um repositório das NF-e emitidas, além das Secretarias da Fazenda dos Estados disponibilizarem um modo de consulta para essas notas, desde que se tenha o código da NF-e, composto por 44 números, que identificam o documento emitido como único. Além disso, existe a DANFE, que pode ser impressa em papel comum numa única via, a fim de acompanhar as mercadorias no transporte contendo o código dos 44 números identificando a NF-e, protocolo de Autorização e data do evento (PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, 2005).

2.1.2 Escrituração Fiscal Digital (EFD)

A EFD é um arquivo digital, transmitido via internet no ambiente SPED, constituído pelas escriturações dos documentos fiscais e seus respectivos impostos, além de outras informações que sejam do interesse da RFB e das Unidades de Federação (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2010).

A EFD foi instituída pelo Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006, que considera a “EFD válida para efeitos fiscais após a confirmação do recebimento do arquivo que a contém (...), observando os padrões fixados para o ambiente nacional SPED” (ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL, 2006, p. 1).

Na EFD, a empresa cria um arquivo digital de acordo com o formato estabelecido no Ato COTEPE Nº 09, de 18 de abril de 2008 e alterações posteriores, onde serão informadas todas as operações fiscais e de interesse dos fiscos federal e estadual, no que se refere às instâncias estadual e federal relativa à apuração dos impostos ICMS e o IPI. Após a verificação da exatidão das operações, o arquivo deverá ser submetido à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA). A periodicidade da entrega desta declaração é mensal e as empresas obrigadas a declarar o SPED Fiscal são divulgadas pela RFB (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2010).

2.1.3 Escrituração Contábil Digital

O SPED Contábil é uma ferramenta cuja função é substituir a impressão em papel de livros contábeis pela gestão de arquivos digitais. Essa declaração substituirá os livros Diário, Razão e seus respectivos auxiliares, quando for o caso; Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2007).

A Instrução Normativa RFB Nº 787 de 19 de Novembro de 2007 institui a obrigação de entrega dessa declaração, bem como algumas prerrogativas relacionadas, por exemplo, à necessidade de assinatura com cartão digital do tipo A3 (CNPJ) para a sua entrega (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2007).

É importante conhecer o Plano de Contas Referencial, pois estabelece uma relação entre as contas analíticas do plano de contas das empresas e um padrão, cujo objetivo é possibilitar a eliminação de fichas da DIPJ (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2009). Antes de fazer a validação do SPED Contábil, o mais importante é referenciar as contas através de programas específicos desenvolvidos para os profissionais da área contábil. Depois de efetuada essa referenciação de contas, importa-se a escrituração contábil do programa de contabilidade para o PVA (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2008). Após sua importação faz-se a validação dos dados e se a escrituração contiver erros, não será permitida a assinatura e respectiva entrega dos livros contábeis digitais. Caso a validação incorra em avisos, a entrega pode ser efetuada (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2008).

A entrega do SPED Contábil é de vital e são necessários dois signatários: o profissional contábil e uma pessoa física registrada na Junta Comercial com poderes para a prática do ato. Pode haver tantos signatários quanto for necessário ou desejado, contudo, estes assinam, com o uso de cartões digitais, antes dos profissionais contábeis habilitados pelo Conselho Regional de Contabilidade. A procuração também pode permitir a assinatura dos livros contábeis, desde que o fato esteja registrado na Junta Comercial. Após seguir esses passos, pode-se proceder com a transmissão do arquivo para o banco de dados da Receita Federal do Brasil (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2008).

2.2 Evidenciação contábil

Conforme Iudícibus (2009, p. 3), a função da Contabilidade é “ser capaz e responsável pela apresentação de cadastro de informações totalmente diferenciada, para cada tipo de usuário”. Assim, infere-se que as Demonstrações Contábeis vão além da obrigatoriedade de execução em conformidade com as normas, pois os usuários buscam a utilidade da informação contábil no planejamento e controle da organização.

Nesta mesma linha, o CPC 26 entende a finalidade das demonstrações como “[...] apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados” (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS 26, 2011, p. 6). De outra forma, aprender a usar a contabilidade como uma ferramenta que conta uma história e evidenciar a situação financeira através da correta classificação pela essência dos acontecimentos.

Em suma, o profissional deve “[...] traçar um perfil do investidor médio e verificar em cada circunstância de espaço e tempo, a qualidade e a quantidade de informação que pode digerir” (IUDICIBUS, 2009, p. 111). A maior riqueza da empresa está na qualidade das informações que ela presta em seus relatórios, cuja especificidade dos dados torna o prognóstico mais claro, detalhado e consistente para com os objetivos da organização.

2.3 Estudos relacionados

O estudo de Novaes e Bucker (2010) trata da importância do SPED, com foco na ECD, no qual os pretendiam mostrar as vantagens de adotá-lo, não estando obrigados a remetê-la. Com base na teoria sobre o ECD perceberam que, através da entrevista com o Coordenador de atendimento contábil

da empresa Informática, os escritórios e clientes possuíam infraestrutura para receber o SPED Contábil, entretanto o fato do uso do plano de contas referencial ser facultativo poderia trazer falhas na escrituração contábil. Concluíram que o trabalho do profissional contábil é de suma importância para as empresas, no que tange à boa gestão da Escrituração Contábil Digital, quando utilizada com ética e responsabilidade.

Outra abordagem sobre o ambiente SPED foi realizada por Wessling (2011) onde buscou identificar os impactos e contribuições que o SPED trouxe para os profissionais da área contábil, no que se refere às informações contábeis e gerenciais. A pesquisa foi fomentada com a entrevista feita a 33 profissionais da área contábil na cidade de Francisco Beltrão no Estado do Paraná, e os resultados mostram benefícios e avanços com o surgimento do SPED, como a maior riqueza da informação gerada, subsidiando a tomada de decisão, confiança nas informações contábeis e enriquecimento ao trabalho do profissional contábil.

Jacinto (2011), em seu estudo, evidenciou os benefícios e dificuldades para a empresa de nome fictício ABC adequar-se ao SPED Contábil e concluiu que a adoção da ECD proporcionou redução de custos com impressão, a entrega de livros contábeis via eletrônica e o aumento do acesso dos profissionais à RFB. Contudo, os contadores não têm boa formação profissional, pouco investimento em cursos de capacitação, além da pouca exigência à ascensão de novos profissionais a um cargo na contabilidade. Também ficou evidenciado que a ABC não confia no sistema contábil que possui, devida à demora na resolução de problemas e a necessidade do profissional realizar a revisão da escrituração digital, a fim de corrigir certos erros gerados no momento da entrega da Declaração atinente ao exercício de 2010.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: (a) pela forma de abordagem do problema, (b) de acordo com seus objetivos e (c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

No que tange à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como quantitativa e qualitativa (RAUPP; BEUREN, 2006). Quantitativa, no tocante à avaliação do desempenho econômico-financeiro da empresa através do uso de indicadores de análise e, qualitativa, na etapa da análise dos resultados e inferências a respeito da investigação à questão problema formulada.

Com relação aos objetivos, esta pesquisa é descritiva (CERVO; BERVIAN, 2002), porque os resultados de análises práticas de Demonstrações Contábeis e SPED Contábil descrevem uma relação para com o contexto social e econômico da empresa.

No que se refere aos procedimentos técnicos utilizados, caracteriza-se como estudo de caso único (YIN, 2010), por envolver uma empresa do ramo de comércio de brinquedos, chamada pelo nome fictício “Divertiquedo Comércio de Brinquedos Ltda”.

Quanto à fonte dos dados, foram coletados a partir do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, abrangendo o período de 2008 a 2011. Para atribuir comparabilidade aos dados e possibilitar responder à questão problema, as informações das demonstrações contábeis de 2008 e 2009 foram extraídas do sistema contábil da empresa, no formato elaborado pelo contador da mesma, e os anos de 2010 e 2011 foram retirados do SPED Contábil. Ressalta-se que, para a análise dos dados, foi preservado o sigilo corporativo, razão pela qual sobre os dados reais (valores das contas contábeis) foi aplicado um indexador.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção é apresentada a análise dos demonstrativos contábeis, considerando os exercícios de 2008 a 2011, sendo realizado a análise vertical e horizontal, além dos seguintes índices: liquidez, estrutura do capital e rentabilidade.

4.1 Diagnóstico na empresa

A empresa Divertiquedo possui mais 20 filiais espalhadas pelo Rio Grande do Sul, com foco em Porto Alegre e São Leopoldo. O crescimento constante e a quantidade de informações, aliadas aos cumprimentos das exigências governamentais, provocaram a obrigatoriedade de entrega do SPED Contábil, no início de 2010.

No ambiente da empresa, se identificou que a mesma se encontra em um período de transição, deixa de ser uma empresa que gera informações somente à satisfação do Fisco para uma organização em que os resultados são influenciados pela política de gestão da organização.

Está sendo desenvolvido pela empresa uma comunicação totalmente integrada entre o setor comercial, financeiro, administrativo, contábil, de controladoria e gerencial. A pesquisa de Jacinto (2011) se identifica, em partes, com a empresa em questão, porque ela não confiava no seu sistema

contábil, financeiro e comercial devido à falta de comunicação entre os três. Para isso, o primeiro sistema a ser modificado foi o contábil, que está integrado ao fiscal e à folha de pagamento.

Com investimentos no SPED Contábil, desde o final de 2009, a empresa estava pronta não somente para o recebimento da escrituração digital, mas também para gerar informações mais detalhadas como escopo para a tomada de decisão. Além disso, o custo para o investimento no SPED Contábil é representativo, pois juntamente com este, estão sendo desenvolvidas ferramentas para outras escriturações como o SPED Contribuições e o SPED Fiscal.

Ao passo que a classificação de contas contábeis era feita para que estivessem de acordo com o Plano de Contas da RFB, foi percebido que o SPED Contábil fazia com que os profissionais da contabilidade entendessem melhor as contas, compreendessem seu funcionamento e conseguissem desenvolver Demonstrações Contábeis de maior qualidade. A empresa que buscava tomar decisões mais confiáveis sentia necessidade de um instrumento que desse mais confiança para os resultados, com margem de erro menor, senão nula. Os administradores justificaram que a necessidade era conhecer os dados nos seus mínimos detalhes, a fim de analisá-los e tomar as decisões que lhes fossem apropriadas no momento.

Como ponto importante a ser considerado, as Demonstrações Contábeis de 2009 tem um perfil diferenciado das características habituais da empresa: nesse exercício, foram adotadas políticas com relação ao fato de algumas filiais terem ocasionado visível prejuízo e foram desativadas ou mudadas de local, a fim de melhorar os resultados futuros. Além disso, foi o ano do surgimento da Substituição Tributária do ICMS nos brinquedos. É um exercício consumido por muitos gastos atrelados a investimentos para iniciar uma grande expansão, que continua a ser efetuada, objetivando maior espaço no mercado de brinquedos.

4.2 Avaliações de dados

A Tabela 1 a seguir evidencia a análise horizontal da empresa nos anos de 2008 a 2011. Vale lembrar que os anos 2008 e 2009 é o período anterior ao SPED e 2010 a 2011 após a sua implantação. Os dados demonstram o crescimento da receita no período e seu detalhamento quando do surgimento da Substituição Tributária (ST) nos brinquedos em 2010 e 2011.

TABELA 1 – Vendas por Período: Análise Horizontal

Indicador/Ano	2008	2009	A.H. 2009	2010	A.H. 2010	2011	A.H. 2011
Receita Operacional	(1) 13.678.747,08	(1) 13.408.796,32	(2) 98,03	(1) 21.648.017,78	(2) 158,26	(1) 28.233.090,28	(2) 206,40
Venda à vista s/ST				1.695.968,63		1.961.912,51	
Venda a prazo s/ST				221,37			
Venda à vista c/ST				18.912.061,56		26.107.005,55	
Venda a prazo c/ST				1.039.766,22		164.172,22	

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Nota: (1) Valores expressos em moeda nacional do ano corrente, Reais (R\$); (2) Índice expresso em percentual (%).

A Tabela 1 evidencia, que as vendas aumentaram 106%, entre 2008 e 2011, em função dos investimentos que estão sendo feitos com o desenvolvimento da empresa e a criação de novas filiais. Também demonstra que entre 2008 e 2009 o sistema contábil não fornece dados para poder identificar a composição analítica das vendas, sendo que a partir de 2010 as informações já estão qualificadas em vendas a prazo ou à vista, com ou sem substituição tributária. Visualiza-se, um aumento nas vendas com substituição tributária do ICMS à vista (ao consumidor final).

A Tabela 2 expressa a participação das vendas com Substituição Tributária em relação aos exercícios de 2008 a 2011. Há de se considerar que as Vendas a Prazo sem Substituição Tributária em 2010 atendem a um percentual inferior a 0,01 % das Vendas Totais do exercício ao qual está relacionada.

TABELA 2 – Vendas por Período: Análise Vertical

Indicador/ Ano	2008	2009	AV 2009	2010	AV 2010	2011	AV 2011
Receita Operacional	13.678.747,08	13.408.796,32	(1) 100,00	21.648.017,78	(1) 100,00	28.233.090,28	(1) 100,00
Venda à vista s/ST				1.695.968,63	7,83	1.961.912,51	6,95
Venda a prazo s/ST				221,37	0,00		0,00
Venda à vista c/ST				18.912.061,56	87,36	26.107.005,55	92,47
Venda a prazo c/ST				1.039.766,22	4,80	164.172,22	0,58

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Nota: (1) Valores expressos em moeda nacional do ano corrente, Reais (R\$); (2) Índice expresso em percentual (%).

Destaca-se na análise vertical as vendas à vista com substituição tributária com um percentual que varia entre 85% e 90% da receita total em 2010 e 2011 (Tabela 2).

A Tabela 3 relaciona os créditos oriundos de vendas com cartão de crédito ao longo dos anos de 2008 a 2011. Através da análise vertical verifica-se a proporção entre os créditos em relação ao crédito total a receber dos exercícios, sendo que os cartões de crédito estão discriminados por filial.

TABELA 3 – Proporção dos Créditos a Receber e Vendas Efetuadas por Cartão de Crédito

Contas	2008	AV 2008	2009	AV 2009	2010	AV 2010	2011	AV 2011
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Ativo Circulante	6.045.867,47	100,00	8.901.382,16	100,00	10.911.164,74	100,00	14.678.824,81	100,00
Outros Créditos	2.902.310,53	48,00	1.997.039,61	22,44	4.514.013,60	41,37	6.964.767,81	47,45
Cartões de Crédito		0,00		0,00	4.514.013,60	41,37	6.964.767,81	47,45
Redecard MT		0,00		0,00	319.270,34	2,93	365.450,31	2,49
Redecard SL		0,00		0,00	125.907,25	1,15	161.924,93	1,10
Redecard MD1		0,00		0,00	180.647,64	1,66	210.279,69	1,43
Banricompras		0,00		0,00	462.238,31	4,24	685.832,23	4,67
Redecard IG		0,00		0,00	790.374,04	7,24	1.031.758,58	7,03
Redecard TOT		0,00		0,00	151.477,93	1,39	252.886,35	1,72
Redecard AM		0,00		0,00	351.468,15	3,22	351.696,62	2,40
Redecard PA		0,00		0,00	112.482,90	1,03	133.797,78	0,91
Hipercard		0,00		0,00	469.506,65	4,30	865.084,13	5,89
Redecard AB		0,00		0,00	280.591,33	2,57	341.205,49	2,32
Redecard HR		0,00		0,00	124.014,39	1,14	145.430,08	0,99
Redecard MD8		0,00		0,00	467.396,03	4,28	644.149,77	4,39
Redecard C		0,00		0,00	52.998,77	0,49	176.081,11	1,20
Redecard PF		0,00		0,00	289.227,10	2,65	392.138,56	2,67
Redecard CII		0,00		0,00	336.412,77	3,08	562.882,16	3,83
Redecard BI		0,00		0,00		0,00	89.830,34	0,61
Redecard CH		0,00		0,00		0,00	472.892,44	3,22
American Express		0,00		0,00		0,00	81.447,24	0,55

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Nota: (1) Valores expressos em moeda nacional do ano corrente, Reais (R\$); (2) Índice expresso em percentual (%).

A Tabela 3 revela no ano de 2008, a dificuldade de mensurar uma composição mais detalhada das vendas, uma vez que o Balanço Patrimonial de 2008 e 2009 fornece dados sintéticos, sem detalhes que possam identificar um padrão ou tendência. Em 2010 e 2011 as informações são mais detalhas, verifica-se que os cartões representam uma parte significativa (47%) do ativo circulante.

Percebe-se a tendência de maior venda na filial MD8, C2 e CH, sendo que os créditos com cartões sofreram um aumento, de 2008 a 2011 de 140%. Destaca-se a dificuldade de fazer esse tipo de análise baseando-se nos dois primeiros anos, pela característica sintética das informações, impossibilitando a identificação dos créditos a receber por filial, sendo que o acompanhamento mais detalhado (2010 e 2011) permite traçar um perfil do comportamento da sucursal, bem com sua possível contribuição financeira.

Na Tabela 4 apresenta-se a análise vertical do ativo, com destaque para o ativo circulante especialmente a conta estoque.

TABELA 4 – Análise Vertical do Estoque e o Ativo

Indicador/ Ano	2008	AV 2008	2009	AV 2009	2010	AV 2010	2011	AV 2011
	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)	(1)	(2)
Ativo	6.236.028,81	100,00	8.901.382,16	100,00	10.911.164,74	100,00	14.678.824,81	100,00
Circulante	6.045.867,47	96,95	8.283.656,96	93,06	9.532.462,32	87,36	12.938.088,42	88,14
Estoque	2.300.480,47	36,89	4.468.944,39	50,21	2.965.522,65	27,18	4.255.946,61	28,99

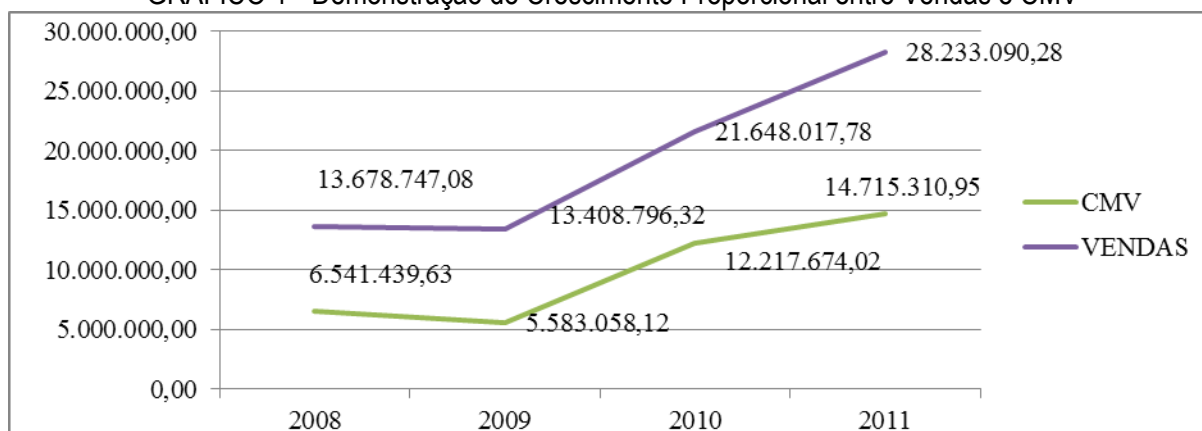
Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Nota: (1) Valor expresso em moeda nacional do ano corrente, Reais (R\$); (2) Índice expresso em percentual (%).

Denota-se que houve uma redução na participação do estoque no ativo total, pois em 2009 representava 50,29%, passando para 29% em 2011. Por ser uma empresa comercial, sem investimentos em parque fabril como ocorre na indústria, por exemplo, a grande parte dos recursos do ativo concentra-se no ativo circulante. Diante do exposto, deve ser realizada análise mais acurada juntamente com os índices de liquidez, atentando-se para a ociosidade no uso dos recursos e o custo na manutenção dos estoques.

O Gráfico 1 apresenta uma demonstração da proporção entre a Receita de Venda de Mercadorias e o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) ao longo dos exercícios de 2008 a 2011.

GRÁFICO 1 - Demonstração do Crescimento Proporcional entre Vendas e CMV



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Ainda que a empresa demonstre crescimento nas vendas, a análise da relação entre o custo da mercadoria vendida e a receita de vendas é importante. Identifica-se o aumento do Custo da Mercadoria Vendida (CMV) em um pouco mais de 124% de 2008 a 2011, sendo que a venda aumentou em torno de 106%, devendo-se atentar para uma urgente redução do custo da mercadoria vendida ou análise do preço de venda, além de acompanhar esta evolução nos anos subsequentes.

A tabela 5 mostra os índices de liquidez da organização entre 2008 e 2011. Esses índices avaliam a capacidade financeira para saldar dívidas, sendo dividido em liquidez corrente, imediata, geral e seca.

TABELA 5 – Índices de Liquidez da Empresa Divertiquedo

Indicador/Ano	2008	2009	2010	2011
Liquidez Corrente	1,27	1,17	1,23	1,28
Liquidez Imediata	0,08	0,05	0,13	0,14
Liquidez Geral	1,32	1,26	1,34	1,45
Liquidez Seca	0,78	0,54	0,84	0,86

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

A Tabela 5 denota que a capacidade para liquidar dívidas é satisfatória. A liquidez geral mostra que os direitos classificáveis no curto prazo e no realizável a longo prazo geram condições de saldar o passivo exigível com certa folga financeira : em 2011, por exemplo, a liquidez geral chega a ser de 1,45 e o seu pior desempenho é de 1,26, em 2009. Infere-se que as vendas com cartão de credito são fator determinante no resultado positivo dos índices de liquidez, destacando-se a importância das informações analíticas geradas pelo Sped, porque atribui maior segurança aos índices de liquidez, na medida em que a partir dos dados da tabela 01, revela-se que a maior parte dos créditos advém de cartão de crédito, que possuem como característica o prazo de realização de curtíssimo prazo e o risco de inadimplência nulo.

Registra-se que o índice de liquidez corrente decaiu nos anos de 2009 e 2010 e tornou a recuperar-se em 2011 (1,28%), inclusive superando o índice inicial de 1,27%. Este índice representa folga financeira, pois a cada um real de dívidas com terceiros a empresa possui em 2011, por exemplo, R\$ 1,28 de recursos disponíveis no ativo circulante.

Contudo, é importante considerar a dependência da venda do estoque para a quitação das obrigações, já que a liquidez seca se mostra deficitária em todos os períodos, fato este que pode gerar eventualmente a oneração em juros de mora no pagamento de duplicatas ou necessidade de promoções para alavancar as vendas e gerar caixa.

A liquidez imediata revela deficiência em caixa e equivalentes de caixa, pois apresenta liquidez imediata de 0,05 (2009) a 0,14 (2011), indicando que o pagamento das dívidas de curto prazo, em grande parte, aguarda pelo vencimento das vendas com cartão de crédito, reiterando-se a necessidade do controle dos prazos de recebimentos e pagamentos.

A seguir, será analisada a estrutura de capital (Tabela 6), composta pela análise dos índices: participação nos capitais de terceiros, composição do endividamento (dividido em curto e longo prazo), grau de imobilização do patrimônio líquido e de recursos não correntes.

TABELA 6 – Índices da Estrutura de Capital

Indicador/Ano	2008	2009	2010	2011
Participação Capital de Terceiros	0,76	0,79	0,74	0,69
Endividamento em Curto Prazo	0,76	0,79	0,71	0,69
Endividamento Total	3,09	3,83	2,92	2,23
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,18	0,34	0,49	0,38

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

A participação de capital de terceiros pode trazer preocupações, devido ao percentual que varia entre 76% e 69%, de 2008 a 2011.

O endividamento total, apesar da queda entre 2010 e 2011, ainda mantém o patamar aproximado de R\$ 0,80 de dívidas para cada R\$ 1,00 de ativo.

O endividamento no longo prazo praticamente não existe e não representa 1% dos recursos aplicados, contudo o uso de recursos com vencimento a partir do exercício subsequente parece ser uma alternativa eficaz, frente à situação apresentada. A Tabela 7 é uma base importante para o entendimento dos índices de estrutura de capital. Nela, estão relacionadas às maiores dívidas com terceiros da organização Divertiquedo nos anos de 2008 a 2011.

TABELA 7 – Capital de Terceiros com Maior Representação no Passivo

Indicador/Ano	2008	2009	2010	2011
	(1)	(1)	(1)	(1)
Passivo	6.326.028,81	8.901.382,16	10.911.164,74	14.678.824,81
Circulante	4.778.189,81	7.059.482,84	7.780.464,37	10.131.654,76
Fornecedores	3.370.101,96	5.635.164,68	6.267.278,00	8.035.812,43
Fornecedores de Mercadorias	3.370.101,96	5.635.164,68	6.266.518,61	8.035.812,43
A			873.861,21	1.077.402,31
B			1.684.547,74	2.444.272,51
Obrigações	637.392,10	742.411,73	1.354.931,29	1.853.160,39
Obrigações Fiscais	637.392,10	742.411,73	569.348,52	606.422,95
ICMS a Recolher			307.666,10	49.608,64
Provisão para Imposto de Renda			189.761,36	404.349,74
Provisão para Contribuição Social			69.963,15	147.606,44
IR na Fonte a Recolher			41,86	128,96
IR S/Terceiros Cod 1708			79,64	232,37
IR S/Aluguéis Cod 3208			1.491,99	4.011,83
ISSQN A Recol. Tomador De Serviço			60,99	136,22
PIS, COFINS E CSLL Lei 10.833			283,43	348,75

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

(1) Valores expressos em moeda nacional do ano corrente, Reais (R\$).

A Tabela 7 evidencia que dentre muitos outros capitais de terceiros, os fornecedores são as maiores dívidas, representando 79% das obrigações de curto prazo, sendo que os impostos representam em torno de 6% do ativo circulante.

Verificaram-se outras obrigações, que isoladas podem não receber muita importância, como alugueis e energia elétrica. Todavia, elas podem vir a influenciar o resultado da empresa, sendo que o

aluguel representa 5% por cento das vendas e a tendência dessas obrigações como condomínios, energia elétrica e aluguel a aumentar entre 50% e 60% ao ano, impulsionadas pela criação de novas lojas, além do reajuste anual dos condomínios. Outro ponto que tem aumentado timidamente, mas requer atenção, são as despesas com a folha de pagamento, representando quase 8% das vendas totais.

A fim de compreender a análise da imobilização do patrimônio líquido, a Tabela 8 compreende o Ativo Imobilizado entre os anos de 2008 e 2011. Ela contribui para entender o raciocínio do grau de imobilização do patrimônio líquido. A Tabela contém, além do imobilizado, os investimentos feitos em imóveis de terceiros (Benfeitorias) e o Ponto Comercial. Os dados são separados em filiais para identificar o investimento feito em cada filial e após isso fazer o cruzamento entre o resultado e investimentos efetuados.

TABELA 8 – Composição do Ativo Imobilizado entre 2008 e 2011

Indicador/Ano	2008	2009	2010	2011
	(1)	(1)	(1)	(1)
Imobilizado	163.321,14	318.720,87	1.326.457,01	1.718.214,44
Bens em Operação	163.321,14	318.720,87	1.012.802,92	1.050.970,52
Móveis e Utensílios	34.493,90	152.716,20	371.665,28	491.684,95
Veículos	73.800,00	99.800,00	559.570,60	459.570,60
Equipamentos de Informática	38.149,24	49.326,67	64.689,04	82.836,97
Instalações	16.878,00	16.878,00	1.878,00	1.878,00
Instalações Loja Total			15.000,00	15.000,00
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	102.523,58	341.168,94	524.280,69	897.414,46
Benfeitoria Depósito			65.109,84	123.159,00
Benfeitoria Loja Iguatemi			19.201,50	55.021,70
Benfeitoria Loja do Total			3.337,28	3.337,28
Benfeitoria Loja Marcilio Dias			4.160,00	4.160,00
Benfeitoria Loja Assis Brasil			81.780,64	84.554,49
Benfeitoria Loja Marc. Dias 816			74.948,20	78.128,20
Benfeitoria Loja Nações Unidas MTZ			43.717,10	111.695,57
Benfeitoria Loja de Passo Fundo			157.692,09	157.692,09
Benfeitoria Loja Independência S. L.			198,83	198,83
Benfeitoria Loja Canoas II			71.413,14	159.623,90
Benfeitoria Loja Canoas			2.722,07	102.037,44
Benfeitoria Loja Bebe Iguatemi				17.805,96
Ponto Comercial			68.095,95	214.650,80
Ponto Comercial Bourbon Shopping Nh				94.048,32
Ponto Comercial Bourbon Shopping Wallig			68.095,95	108.602,48
Ponto Comercial Shopping Pelotas				12.000,00

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).
(1) Valores expressos em moeda nacional do ano corrente, Reais (R\$).

O grau de imobilização do patrimônio líquido varia de 18% a 38% do patrimônio líquido, entre 2008 e 2011, com um pico de quase 50% em 2010 e sofrendo uma queda de 11 pontos percentuais em um ano. O imobilizado é composto por bens em operação e benfeitorias em imóveis de terceiros.

Conforme a Tabela 8, os bens em operação aumentaram R\$ 391.757,43 de 2010 a 2011 com destaque para os móveis e utensílios para as lojas e veículos para distribuição de mercadorias. As benfeitorias no mesmo período tiveram um aumento de aproximadamente R\$ 370.000,00.

A Tabela 9 representa os índices de rentabilidade da empresa Divertiquedo de 2008 a 2011 e será com base neles que será discutida feita a análise.

TABELA 9 – Índices de Rentabilidade de 2008 a 2011

Indicador/Ano	2008	2009	2010	2011
Giro do Ativo	2,16	1,51	1,98	1,92
Margem Bruta	0,24	0,29	0,31	0,35
Margem Líquida	0,04	0,02	0,04	0,06
Retorno sobre o Ativo	0,09	0,03	0,07	0,12
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	0,35	0,16	0,29	0,39

Fonte: Elaborada pelos autores a partir dos dados da pesquisa (2012).

Conforme a Tabela 9 percebe-se que a eficiência dos ativos é boa mantendo um índice não menor que 1,50. Retomando a Tabela 3 e 8 infere-se que, além dos bens em operação, os investimentos em imóveis de terceiros (benfeitorias) contribuem para o aumento da eficiência, aliados ao aumento dos créditos no curto prazo com cartões, em especial o Redecard. Além disso, o Gráfico 1 mostra o aumento expressivo das vendas para manter o índice alto, embora que entre 2010 e 2011 ele tenha sofrido uma pequena queda.

Com relação à margem sobre lucro, percebe-se uma grande diferença entre a margem sobre o lucro bruto e o líquido. Entre 2008 e 2011, a margem bruta passou de 24% sobre o lucro bruto para 35%, acompanhando um bom aumento principalmente em razão das vendas, como evidencia o Gráfico 1. No que se refere à margem líquida, ainda que tenha crescido de 2008 a 2011 apresenta-se substancialmente baixa, sendo 4% em 2008 e 6% em 2011.

O retorno sobre o ativo é variou entre os períodos, sendo 3% em 2009 e 12% em 2011. No entanto, o resultado mais relevante aparece no retorno sobre o patrimônio líquido (PL), sendo: 35 % em 2008, 16% em 2009, 29% 2010 e 39% em 2011. Os referidos índices comprovam o impacto do crescimento nas vendas e atribuem perspectivas futuras favoráveis, tendo em vista que o retorno do capital próprio tem apresentado resultados satisfatórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo tem como objetivo averiguar se houve maior vantagem competitiva para a empresa Divertiquedo, tendo como foco a adoção do SPED Contábil e, com base nas análises apresentadas,

infere-se que adotar o SPED Contábil trouxe mudanças positivas para a empresa Divertiquedo. A primeira dessas modificações está no plano de contas, cuja paridade com modelo disponibilizado pela RFB permitiu que as Demonstrações Financeiras tivessem um caráter analítico, muito diferente das Demonstrações desenvolvidas em 2008 e 2009 pelos profissionais contábeis da instituição.

As Demonstrações Contábeis com caráter analítico trouxeram maior satisfação aos analistas, cujo papel é mais bem desempenhado em função da posse de todas as contas contábeis da empresa no Balanço Patrimonial (BP) e DRE. Assim, a tomada de decisão é mais eficiente, permitindo que se encontrem avarias com maior eficácia, além da possibilidade de descobrir com detalhes os pontos mais importantes, as operações mais perigosas à organização, como a predominância das vendas com o cartão de crédito Redecard. Outra vantagem é a caracterização do SPED Contábil como um arquivo eletrônico, guardado no repositório digital da RFB e facilmente transportado para o computador, permitindo ao usuário o acesso fácil e rápido de todas as informações.

Mas apesar da melhoria no processo de análise e gestão contábil pelo qual a Divertiquedo passou, devido à adoção do SPED Contábil, há a necessidade de aprimorar mais esse sistema. Seria interessante poder formar as Demonstrações Financeiras filial a filial, podendo ter um panorama mais detalhado da organização: entender-se-ia o comportamento das sucursais com uma eficiência ainda maior. Além disso, é válida a possibilidade de se poderem consultar os lançamentos de determinada data, por exemplo, como se o usuário estivesse realizando uma consulta num sistema contábil.

Em vista disso, a empresa já está fazendo modificações em toda sua estrutura, a fim de desenvolver um sistema que facilite a transmissão de informações sem a necessidade de uma nova digitação no sistema, um sistema integrado para toda a empresa. O objetivo final é a importação de dados, aproveitando a comunicação entre sistemas, bancos e outras ferramentas, inclusive as do governo, afim de que o tempo gasto em atividades operacionais seja menor para que os profissionais gastem mais tempo fazendo conferência conforme a essência dos acontecimentos da empresa e a análise das Demonstrações Financeiras.

Em suma, o SPED Contábil é uma ferramenta que somente está no início de suas modificações. As mudanças que virão produzirão efeitos positivos nas empresas, levando os gestores a entenderem sua organização nos mínimos detalhes. Esse é o objetivo de outra ferramenta em fase de teste: o SPED Social, que tem por função gerar um arquivo com todas as informações atinentes à relação com o capital humano da empresa. Seria outra possibilidade de entender os gastos da Divertiquedo com a folha e saber mensurar se a gestão de pessoas é desenvolvida com competência, trazendo bons resultados para a empresa.

Quanto ao desempenho econômico-financeiro da empresa, a análise evidenciou estar em ascensão, com maior destaque à rentabilidade do PL, com indicador de 39% em 2011. Assim como, destacam-se os investimentos significativos no imobilizado, auferindo que tenham como consequência melhorar ainda mais os indicadores de rentabilidade, na medida em que tais investimentos se coadunem em crescimento de mercado.

Ainda que o estudo não permita atribuir relação direta entre o desempenho econômico-financeiro da empresa à adoção do SPED, acredita-se que a melhor qualidade das informações contábeis geradas pelo sistema pode contribuir nas análises dos indicadores e consequentemente permitir maior gerenciamento dos mesmos e, eficácia nas tomadas de decisões.

REFERÊNCIAS

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis, 2011**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26_R1.pdf>. Acesso em: 22 set. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **SPED – O que é**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=261>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

ECKERT, A.; SANTOS, E.; MECCA, M.; BIASIO, R. Vantagens e Desvantagens da Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital em uma Grande Empresa Industrial. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, v. 3, n.3, p 82-93, set./dez. 2011.

ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL. **Convênio ICMS nº 143/06, 2006**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/2006/CV143_06.htm>. Acesso em: 23 mai. 2012.

IUDICIBUS, S. de. **Teoria da Contabilidade**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

JACINTO, M.. Escrituração contábil digital, a transparência das informações e o perfil do profissional contábil. **Revista Eletrônica da Faculdade de Ciência Humanas ESUDA**, v. 1, n.4, 2011.

NOVAES, J. B. V.; BUCKER, P. P. A contabilidade na era digital: escrituração contábil digital. **Revista Ciências Gerenciais**, v. 14, n. 19, 2010.

ORTEGA, M. C. da S.; PILENGHY, M. M. O.. Procedimentos adotados no processo de Escrituração Contábil Digital – ECD no Sistema Público de Escrituração Digital SPED: Estudo de Caso numa Indústria de Granitos. **Revista Eletrônica Saber Contábil**, v. 1, n. 2, set./dez. 2001.

PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA. **Sobre a NF-e, 2005**. Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável as Ciências Sociais. In BEUREN, Ilse Maria (org). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Ato Cotepe/ICMS nº 9, 2008**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/atos/atos_cotepe/2008/ac009_08.htm>. Acesso em: 27 nov. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa Nº 107, de 23 de Maio de 2008**. Disponível em: <<http://www.dnrc.gov.br/Legislacao/MinutalN107maio2008.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa RFB n. 787 de 19 de novembro de 2007**. Institui a Escrituração Contábil Digital. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **SPED – FAQ – SPED Contábil, 2009**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/faq/sped-contabil.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **SPED – Nfe – Ambiente Nacional de 27 de agosto de 2005**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/nfe/default.htm>>. Acesso em: 03 abr. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **SPED – SPED Fiscal – O que é, 2010**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/o-que-e.htm>>. Acesso em: 8 maio 2012.

SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED). **SPED – Sobre o Projeto - Apresentação, 2007**. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

WESSLING, G. O. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e seus Impactos na Gestão das Informações Contábeis e Gerenciais. **Revista e-Estudante – Electronic Accounting and Management**, v. 3, n. 3, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.